

**Sob um parque, pulsa um rio:
caminhos da memória de um Projeto de Paisagem para o Capibaribe**

Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti VERAS*

Resumo: A cidade do Recife no Nordeste do Brasil, cortada por rios e banhada pelo mar, tem nas águas sua principal característica. Entre os seus rios, o Capibaribe se destaca pelo traçado, por sua importância histórica, tendo sido no passado um dos principais eixos de ocupação do território. Em seu percurso, diferentes unidades de paisagens constituem a sua fisionomia que se alarga além da calha, encharcando e dando identidade à cidade. Esta paisagem da memória foi definidora do projeto *Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras*, em desenvolvimento pelo InCiti – Pesquisa e Inovação para as Cidades da Universidade Federal de Pernambuco –, em convênio com a Prefeitura do Recife. Se um projeto de paisagem exige percepção, análise e apropriação de valores, redesenhar o Capibaribe como Parque, demonstrou a força que essa linha d'água impõe, como paisagem. É sobre esse pulsar anterior e seu reatamento conceitual no projeto, que se propõe a discutir.

Palavras-chave: Paisagem. Rios. Parque. Capibaribe. Recife.

**Under a park, a river pulsates:
memory paths of a Landscape Project for the Capibaribe**

Abstract: The city of Recife, in the Northeast of Brazil, cut by rivers and bathed by the sea, has in its waters its main characteristic. Among its rivers, the Capibaribe stands out for the route, its historical importance, having been in the past one of the main axes of occupation of the territory. In its course, different units of landscape constitute its physiognomy that extends beyond the channel, soaking and giving identity to the city. This landscape of memory was the defining feature of the project *Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras* (Capibaribe Park: The Capybaras Path), under development by InCiti – Pesquisa e Inovação para as Cidades da Universidade Federal de Pernambuco (Research and Innovation for the Cities of the Federal University of Pernambuco) –, in partnership with the City Hall of Recife. If a landscape project requires perception, analysis and appropriation of values, redesigning

* Professora Doutora – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil. Av. da Arquitetura, s/n, Cidade Universitária, Recife, Brasil | CEP 50740-550 | Recife – PE. Vice coordenadora e pesquisadora do Laboratório da Paisagem – UFPE e bolsista da CAPES – Brasil no pós-doutorado da Universidad Autónoma Metropolitana unidad Azcapotzalco (UAM-A), México. luciamveras@yahoo.com.br

the Capibaribe as a park demonstrated the strength that this water line imposes as landscape. It is about this previous pulsar and its conceptual refutation in the project that it is proposed to discuss.

Keywords: Landscape. Rivers. Park. Capibaribe. Recife.

1 Sair da Natureza para entrar na Paisagem

No senso comum Paisagem está intimamente associada à natureza e a arte. Por isso mesmo é mais fácil que campos agrícolas sejam rapidamente identificados como paisagem do que recortes de uma cidade. Esta noção se vincula à própria essência do conceito sobre o qual a Natureza é o ponto de inflexão quando, pela pintura, transforma-se em Paisagem. Como afirma Alain Roger (2007), é impossível entender a paisagem como realidade natural, porque toda nossa experiência é mediatizada pela arte e, portanto, é uma operação artística cultural, que denomina de “artialização”.

O nascimento da paisagem como conceito é, portanto, um ato cultural distinto da ideia de Natureza, que independe de um pensamento para existir (MERLEAU-PONTY, 2006), sem, no entanto, dela se desvincular. Como ato cultural de separação, essa origem associa-se inicialmente ao entendimento da existência de um sujeito “[...] que se posiciona como exterior à natureza e pensa (ou olha) a paisagem como uma porção de natureza que se encontra à frente e fora dele.” (SERRÃO, 2012, p. 317). É o que nos explica Georg Simmel no texto pioneiro de 1913, *A Filosofia da Paisagem*, considerado marco dessa compreensão moderna entre os estudiosos da paisagem, quando estabelece a transição entre natureza e paisagem, partindo da compreensão de que paisagem é um ‘recorte’ de natureza, produto da relação que o homem estabelece com o sítio natural na construção de seu território (SIMMEL, 2009). Expõe assim as pré-condições embutidas nesta compreensão: não há paisagem sem observador e não há observador se não houver coisas a serem observadas, se não houver natureza a ser ‘recortada’. Foi o que fizeram, pioneiramente, os pintores do Renascimento.

Assim, ainda que um “pedaço de natureza” seja uma contradição, posto não se apartarem da natureza os elementos e fluxos que a definem, complementa Simmel que para a paisagem, é exatamente essa cisão a premissa de sua existência. Ou seja,

[...] para a paisagem, é justamente essencial a demarcação, o ser-abarcado num horizonte momentâneo ou duradouro; a sua base material ou os seus fragmentos singulares podem, sem mais, surgir como natureza – mas, apresentada como “paisagem”, exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista, um esquivar-se singular e característico a essa unidade impartível da natureza, em que cada porção só pode ser um

ponto de passagem para as forças totais da existência. Ver como paisagem uma parcela de chão com o que ele comporta significa então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito de natureza. (SIMMEL, 2009, p. 6).

Saímos da *Natureza* para entrar na *Paisagem*, carregando nessa chegada a incoerência de conter em seu recorte finito a infinitude de um “excerto da natureza” entendido, por quem a apreende, como unidade. Essa unidade resulta da compreensão da relação que estabelecem os elementos ali pactuados e assim apreendidos pelo sujeito observador, responsável pela demarcação dessa parcela de chão.

Talvez por isso Corajoud defina a paisagem como

[...] o lugar do relacional onde todos os locais só são compreensíveis por referência a um conjunto que se integra, por sua vez, num conjunto mais vasto. E o que faz com que não haja confusão ou dispersão dos dados sensíveis, é, sem dúvida, o facto de que as coisas que a compõem não se ignoram e estão ligadas por um mesmo pacto. (2011, p. 217).

Esta afirmação estabelece, para além de uma separação entre natureza e cultura, o caminho invertido para uma (re)compreensão contemporânea da paisagem. Se as coisas que a compõem estão, necessariamente, interligadas em um conjunto mais vasto, esse entendimento nos aponta para a própria paisagem como chave de (re)conexão entre a natureza e a cultura. O pacto, então, pode ser entendido como “[...] una combinación específica de componentes paisajísticos de índole ambiental, cultural y estética y de dinámicas claramente reconocibles que le confieren una idiosincrasia diferenciada del resto del territorio.” (FONT; MARTÍ, 2009, p. 415). É o que se define como *Unidades de Paisagem*. Na identificação destas idiosincrasias, Font e Martí (2009, p. 415-416) estabelecem sete variáveis que podem ajudar na delimitação de Unidades de Paisagem: fatores fisiográficos, uso do solo, dimensão histórica de ocupação, estrutura e diversidade, visuais mantidas, elementos paisagísticos perduráveis e a apropriação dos lugares.

Os *fatores fisiográficos* referem-se essencialmente ao relevo, que embora acomode novas camadas de ocupação de um território, segue como protagonista e indutor de um determinado *uso do solo*, ora facilitando, ora dificultando, ou seja, contribuindo decisivamente na definição de usos e distribuição espacial. Como palimpsesto, essas camadas de tempo refletem a *dimensão histórica* expressa na resistência de estruturas paisagísticas identificadas por seus padrões urbanos, desenhados pela tipologia, pela dispersão ou concentração dos assentamentos e pela infraestrutura. A *estrutura e a diversidade* por sua vez, são analisadas do ponto de vista da sustentabilidade, com foco na ecologia, utilizando-se ferramentas de avaliação ambiental. As *visuais da paisagem* são

variáveis determinantes porque estão diretamente associadas à identificação de porções de território que guardam semelhanças paisagísticas quando percebidas de determinados pontos de observação. Essas visuais possibilitam que sejam identificados *elementos paisagísticos perduráveis*, fazendo-se a conexão entre a conservação da mirada e aquilo que a partir da mirada se observa como elementos duradouros na paisagem. E por fim, a detecção da variável *apropriação dos lugares* diz respeito à compreensão da paisagem como lugar das vivências cotidianamente construídas no espaço e no tempo, definindo sentimentos de pertencimento que expressam, na paisagem, a identidade dos lugares.

Ou seja, a análise dessas variáveis perduráveis no tempo, possibilita se identificar certa homogeneidade que reflete uma determinada estrutura e comportamento, como organização e funcionamento da paisagem (CANCELA D'BREU et al., 2011).

Conhecer as *Unidades de Paisagem* que se distribuem ao longo do Rio Capibaribe, no trecho que corta a cidade do Recife, foi a condição necessária para o desenvolvimento do projeto *Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras*, compreendendo-se que cabe ao Projeto de Paisagem recriar a própria paisagem ao “[...] imaginar soluções que permitam o ‘encontro’, por assim dizer, entre a cidade e a ‘natureza’.” (BESSE, 2014, p. 58).

Tomando as variáveis de análise como referência para a identificação de Unidades de Paisagem que caracterizam o percurso do Capibaribe em direção ao mar, que arranjos pactuados entre natureza e cultura puderam alimentar um projeto de paisagem?

2 Compreender os pactos como pré-condição de um projeto de paisagem

No Recife, a força da natureza sempre se impôs como o primeiro requisito de ocupação e construção de seu território, caracterizado pela condição anfíbia da fisiografia de sua planície, resultante da disputa entre águas doces, salobras e salgadas. Como afirmou Valdemar de Oliveira (1942, p. 38) aqui, “[...] o que não é água, foi água ou lembra água [...]” sendo o rio Capibaribe o “[...] elemento fisiográfico mais evidente [...]” (OLIVEIRA, 1942, p. 43). Ao nascer no estado de Pernambuco, na Serra dos Jacararás nos Cariris Velhos, depois de longa travessia por terras secas, o Capibaribe chega ao Recife perene e caudaloso, “[...] relatando a abundância das terras onde as chuvas fertilizantes se derramam copiosamente.” (CASTRO, 1992, p. 257). É o que mostra a Figura 1 ao reproduzir o seu percurso na Baía Entulhada do Recife, interpretada por J. C. Branner (CASTRO, 1948).

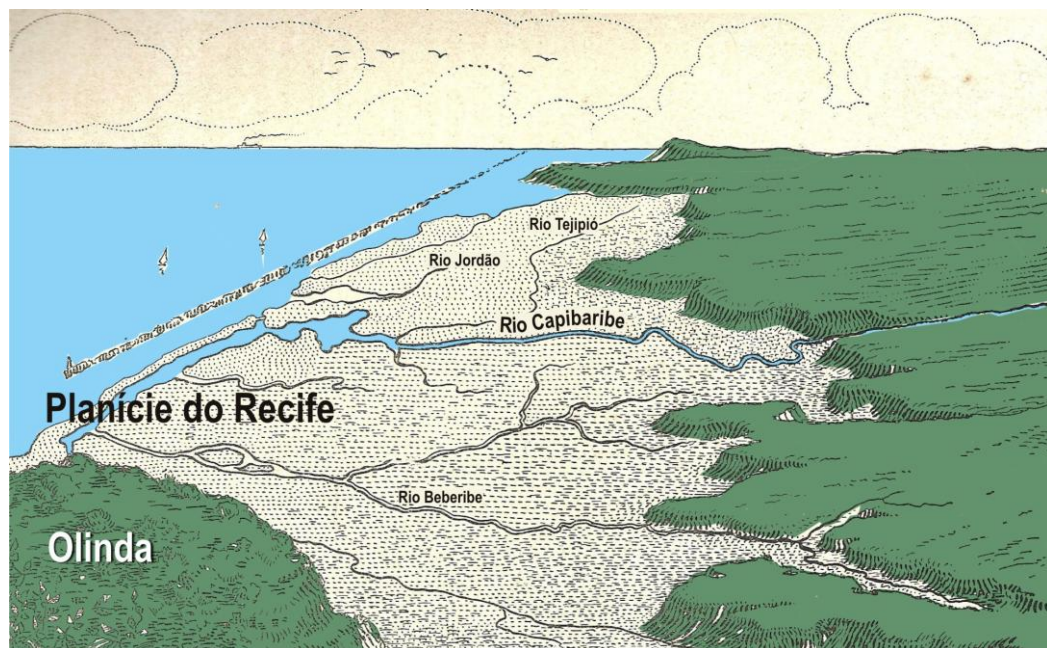


Figura 1 – Baía entulhada do Recife, por J. C. Branner, ressaltando-se o Rio Capibaribe, o litoral, as terras baixas da planície e as terras altas dos morros e colinas.

Fonte: CASTRO, 1948, s/p.

Nesta imagem, as cores¹ ressaltam que ao descer as colinas a oeste e encontrar a leste o baixio aluvial lavado em tempos pretéritos pelas águas do mar, o rio Capibaribe irrompeu em sinuoso percurso resultante da topografia de terras planas e encharcadas, costurando sobre estas terras, aquilo que mais tarde caracterizaria a planície do Recife. Não por acaso, esta mistura de águas rendeu ao Recife o codinome de “Cidade Anfíbia” (OLIVEIRA, 1942) ou “Veneza Americana”, como se referiu Tadeu Rocha às citações ao Recife pelo poeta Gonçalves Dias (ROCHA, 1992, p. 296).

Se a princípio este pacto foi produto da própria dinâmica e entre os elementos da natureza como os rios, o mar, os charcos, as terras, os ventos, as marés e a vegetação, com destaque para a presença maciça do manguezal, posteriormente, a ação pactuada vem sendo travada também e por mais de quatro séculos, pela ação do homem na construção da paisagem recifense, induzida e conduzida, imperiosamente, por esta natureza singular sobre a qual a cidade se ergueu. Ora mais, ora menos, os condicionantes naturais impuseram-se determinantes no uso e ocupação do solo, como o Rio Capibaribe, “[...] que se impôs como acidente geográfico e fator econômico e histórico de primeira ordem, na comunicação desses valores locais [...]” (CASTRO, 1948, p. 68).

Foram os rios, em especial o Capibaribe, que permitiram a fusão de vários núcleos de povoações surgidos em geral nos engenhos de açúcar distribuídos em suas margens, do

oeste para o leste, contrariando as citações de que o Recife se expandia apenas do porto para o interior. Historicamente, aqui se revela que

[...] há um movimento contrário, igualmente importante – economicamente importante – que vem do interior no sentido do porto. Refiro-me àquele movimento que tinha por origem os engenhos de açúcar, desde meados do século XVI, estabelecidos à margem do rio Capibaribe. A riqueza que, em forma de caixa de açúcar – uma das drogas mais valiosas do mundo ocidental de então – afluía ao porto, foi dando condições à ampliação do povoamento do Recife. Vários “passos”, armazéns ou depósitos de caixas de açúcar, foram sendo construídos às margens do rio nas proximidades do porto e alguns desses “passos” se transformaram em pequenos núcleos de população. (MELLO, 1992, p. 265-266).

A interdependência evidencia a importância econômica que os engenhos desenvolveram a partir do interior, pondo em destaque os aglomerados que ali se formariam precursores dos subúrbios recifenses, formadores das paisagens dos séculos XVI, XVII e XVIII. As várzeas do Capibaribe hospedaram a grande maioria dos ricos engenhos da planície, porque ofereciam ótimas condições climáticas para o plantio e facilitavam o transporte do açúcar em batéis, pelo rio, até o porto. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos implantados, a falta de uma política agrícola para competir com o mercado internacional no século XVIII impulsionou o início da derrocada dos engenhos, que por sua vez começaram a se subdividir em parcelas menores como chácaras e sítios e posteriormente estas parcelas são transformadas em loteamentos formais, ou consolidadas em povoações que interligadas entre si, começam a ter vida própria (VERAS, 1999). A maioria dos bairros hoje do Recife, e em especial, os da várzea do Capibaribe, remontam a este processo histórico de ocupação originado primitivamente dos engenhos de açúcar que vão se transformando e acumulando sobre as velhas, outras paisagens. Estas, no entanto, conservaram padrões urbanos, tipologias de assentamento e formas de apropriação como identidades expressas em unidades de paisagem.

“Na descida vão as águas refletindo sempre paisagens diferentes.” (CASTRO, 1992, p. 257). Se em sua descida reflete diferentes paisagens, é o próprio rio em seu sinuoso percurso até o mar que conecta e dá unidade a esta diversidade, fazendo destas águas uma das mais significativas presenças na construção da identidade recifense. A força dessas águas espalha-se para além da calha e bordas, encharcando um sistema de conexões que dão a essa paisagem um caráter particular. É com base na afirmação de Castro, na descida para o mar, que serão identificadas as Unidades de Paisagem que compõem o seu percurso.

3 Na descida vão as águas, refletindo diferentes paisagens

As Unidades de Paisagem que vão se construindo da acumulação de camadas de tempo, expõem em seu percurso histórico até os dias atuais, que a tendência de usos e apropriações do solo foi se consolidando desde os primórdios da ocupação do território, como se no caminho dessas águas, ali se acumulassem páginas da memória.

Nesse processo, uma leitura de sua várzea de montante a jusante, expressa a caracterização de três grandes Unidades de Paisagem, como ilustra a Figura 2 a seguir: (1) aquela a montante, mais próxima ao mar de morros a oeste, nas terras mais altas, onde ainda hoje se concentram os maciços vegetados do Recife e protegidos legalmente como Unidades de Conservação da Natureza; (2) aquela intermediária, onde floresceram os grandes engenhos, com suas casas grandes e senzalas depois transformados em chácaras, sítios e loteamentos modernos e, por fim, (3) aquela paisagem a jusante, que se conecta ao estuário e ao mar do “Recife mascate”, próximo ao porto de onde se escoava o que aqui se produzia e por onde entravam as inovações vindas de além mar. Estas três macrounidades de paisagem serão analisadas caracterizando a diversidade do conjunto dessas paisagens na planície do Recife.

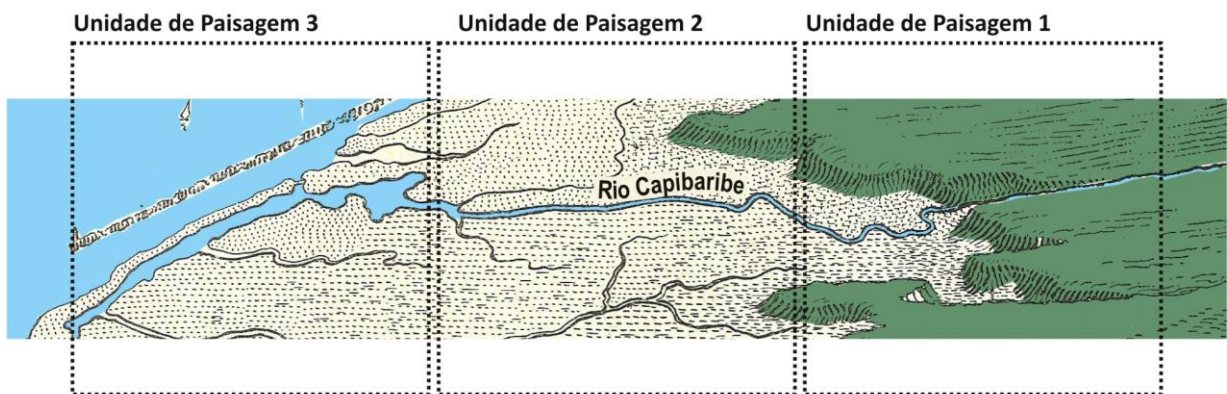


Figura 2 – Recorte de paisagem do eixo da várzea do Capibaribe e localização de suas três Unidades de Paisagem, a partir de J.C. Branner.

Fonte: CASTRO, 1948, s/p.

Neste percurso tenta-se responder: na descida até o mar, que diferentes paisagens caracterizam o eixo do Capibaribe? A resposta a esta questão se estrutura nos itens: (1) o Rio das matas, do saber e das artes; (2) o Rio dos sobrados, dos mocambos, da moradia e do lazer e (3) o Rio do estuário, do porto e dos mascates.

3.1 Unidade de Paisagem 1: o Rio das matas, do saber e das artes

A paisagem do extremo oeste caracteriza-se pela presença dos maciços vegetados do Recife, descendo as colinas que resguardam a sua planície, sobre as quais se concentra parte das Unidades de Conservação da Natureza – UCN do Recife². Bordeando o Capibaribe, estão as UCN Mata das Nascentes, Mata da Várzea, Caxangá, Capivaras, Iputinga e Açude de Apipucos. A Figura 3 localiza essa Unidade de Paisagem.



Figura 3 – Unidade de Paisagem 1: entrada do Rio Capibaribe na planície a oeste do Recife.

Fonte: CASTRO, 1948, s/p.

Além destas UCN, outras estão próximas ao Capibaribe como as UCN Matas do Curado, Sítio dos Pintos e Dois Irmãos. Das vinte e cinco UCN existentes no Recife, nove estão nesta porção oeste, o que reforça a manutenção mais pretérita de sua fisiografia, a qual relaciona recursos hídricos, vegetação e relevo, a uma ocupação mais rarefeita.

Do ponto de vista da ocupação e tecido urbano, a *Unidade de Paisagem 1* se estende desde o pacato e histórico bairro da Várzea, situado às margens do Capibaribe e fortemente marcado pela proximidade com as terras da Oficina Cerâmica Francisco Brennand e pelo Instituto Ricardo Brennand – promotores da cultura e das artes –, até o início do histórico e sentimental bairro de Apipucos, local de residência de ilustres pernambucanos como o sociólogo Gilberto Freyre (VERAS, 1999). Este bairro também se destaca por fazer a transição entre a permanência da natureza concentrada a oeste e a cidade que vai ocupando o leito do Capibaribe, estando, o próprio Apipucos, inserido numa Unidade de Conservação, caracterizada pela abundância de vegetação, pelas águas de um açude e por resguardar a tipologia de sua histórica ocupação urbana. Neste percurso, além dos Brennand, aqui se concentram inúmeras instituições de ensino, inclusive o campus da Universidade Federal de Pernambuco e outras instituições como a Escola Militar, o Instituto

Federal de Pernambuco e o Instituto de Tecnologia de Pernambuco. Nas bordas do Capibaribe, a ocupação mais rarefeita se deixa cobrir por vegetação ribeirinha, que aqui acolá se veste de denso manguezal, resultante da influência marinha que resvala pelo interior da planície, como ilustra a Figura 4.



Figura 4 – Oficina Cerâmica Francisco Brennand (1 e 2), Pinacoteca do Instituto Ricardo Brennand (3), Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (4) e borda do Capibaribe em Apipucos (5).

Fontes: Joelmir Marques, 2017 (1 e 2) e 2015 (5);
Lúcia Veras, 2017 (3 e 4).

A *Unidade de Paisagem 1* caracteriza-se, principalmente, pela conservação dos remanescentes da Mata Atlântica e por concentrar instituições que promovem a produção do conhecimento e das artes, assinalando um determinado tipo de apropriação do espaço e a existência de elementos paisagísticos perduráveis que resultam na manutenção de um padrão de ocupação do território de pouco adensamento, expresso nas visadas apreendidas das bordas e para as bordas e nos recortes de paisagem que permitem o seu descortino.

3.2 Unidade de Paisagem 2: o Rio dos sobrados, mocambos, moradia e lazer

A paisagem do 'meio', entre os extremos oeste e leste, situa a histórica ocupação dos engenhos até meados do século XVIII, depois transformados em sítios e chácaras no século XIX e loteamentos no século XX, sendo o lugar da moradia. Dos engenhos, a paisagem acumulou a presença imponente das casas grande, da rusticidade das senzalas, da singeleza das capelas, da simplicidade dos povoados e da abundância dos verdes mares do canavial, hoje nos jardins e quintais. Do século XIX, os engenhos transformados em sítios e chácaras eram os lugares do passadio de férias da burguesia recifense estabelecida nas localidades próximas às atividades portuárias e do comércio, no centro do Recife. É neste período em especial, entre meados do século XVIII e século XIX, que o Rio Capibaribe é o lugar dos banhos aprazíveis, do ponto de encontro dos que procuravam o lazer, do casario que se abria para o rio, quando os quintais eram jardins de borda, com ancoradouros e acesso às águas límpidas do Capibaribe. No início do século XX, as

recomendações para a saúde passam a ser para os banhos salgados das praias de Boa Viagem e Pina. Os antigos “balneários” de férias ao longo do Capibaribe começam a ser transformados em locais de residência permanente, processo facilitado pelos loteamentos herdados dos sítios e chácaras, situados na *Unidade de Paisagem 2*, localizada na Figura 5 a seguir.



Figura 5 – Unidade de Paisagem 2: meados do Rio Capibaribe, entre o estuário e as colinas a oeste.

Fonte: CASTRO, 1948, s/p.

De meados do século XX aos dias atuais, o interesse pelas águas do Capibaribe foi desaparecendo, tanto como via de deslocamento quanto como lugar aprazível incorporado ao cotidiano da vida urbana. Fomentado pela melhoria do sistema de circulação dentro do território – com prioridade para o automóvel –, fecham-se muitos dos acessos utilizados pela população para se chegar às margens e o rio passa a ser lugar de despejos de águas servidas e de lixo, abandonando-se os velhos costumes do século XIX. No entanto, o seu latente potencial para o lazer, como eixo de bordas molhadas que se abrem para visadas, preserva em sua essência o que sempre caracterizou essa linha d’água na cidade e aqui acolá, essa herança se manifesta na memória e no território como elementos paisagísticos perduráveis do patrimônio recifense.

Assim, a paisagem do Recife de edificações e de espaços públicos, como jardins e praças, conserva traços deste passado e alguns dos exemplares da arquitetura ou conjuntos de edificações, estão protegidos por leis municipais, estaduais e/ou federais. A estes bens protegidos e de forma especial, juntam-se neste trecho quatro praças do paisagista Roberto Burle Marx, que pelo elevado valor histórico, artístico e paisagístico, foram reconhecidas em 2015 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como Patrimônio Cultural Brasileiro e fazem parte do conjunto de Jardins Históricos protegidos por Lei Municipal de 2016 (VERAS et al., 2016). Estes bens tombados – arquitetura e espaço

público –, qualificam ainda mais este passado histórico mantido e oficialmente protegido até os dias atuais nesta unidade de paisagem.

Ao longo dos séculos a arquitetura de sobrados e de palacetes, de praças e de jardins históricos, une-se à arquitetura herdada das senzalas, revelada nos mocambos e palafitas que vão ocupar, também, as velhas margens do Capibaribe, reforçando o caráter dessa apropriação por moradia, seja dos mais seja dos menos favorecidos. Segundo De La Mora (1987, p. 256), o primeiro recenseamento realizado no Recife em 1913, já apontava que 43,2% dos domicílios na cidade eram de mocambos, circunstância mantida até os dias atuais em alguns trechos dessa margem. Além desta ocupação, outras configurações urbanísticas compõem estas várzeas, como os loteamentos populares na margem oposta aos bairros de Casa Forte, Poço da Panela, Graças e Jaqueira, nos bairros da Torre, Cordeiro e Iputinga, por exemplo, como ilustra a Figura 6 a seguir.



Figura 6 – Edifícios residenciais nas Graças e Aflitos (1), Residência Batista da Silva nas Graças (2), margem esquerda do Rio Capibaribe nas Graças (3), Vila Santa Luzia na Torre (4) e palafitas nas margens do Capibaribe.

Fontes: Gerson Batista, 2017 (1, 2, 3 e 4), Joelmir Marques, 2015 (5).

No entanto, embora a diversidade de ocupação se revele entre as bordas – esquerda a dos mais abastados e direita a dos menos abastados –, em sua dimensão histórica, há aqui um pacto nitidamente estabelecido, desde o período dos engenhos, chácaras e sítios, como o lugar da moradia e do grande potencial para o lazer, resultante dessa ocupação pactuada pelas vivências cotidianas. A manutenção desse potencial, como elementos paisagísticos perduráveis, reveste-se como um dos grandes indutores do projeto do Parque Capibaribe, que explora, como princípio, as visibilidades mantidas para suas bordas e as vistas possibilitadas por estes pontos de observação a partir destas bordas, tomando essas qualidades como ferramentas para enfrentar, também, o desafio de requalificar a margem menos favorecida e possibilitar conexões entre elas.

3.3 Unidade de Paisagem 3: o Rio do estuário, do porto e dos mascates

A Unidade de Paisagem do extremo leste é aquela por onde o Capibaribe, depois de serpentear a planície, segue para encontrar os Rios Beberibe e Tejió e juntos, atravessam

a porta que os levam até o mar. Aqui, as águas doces da planície se mesclaram às salgadas do mar, e sobre essa mistura salobra, o mangue ajudou a consolidar aterros e conformar ilhas, como paisagens meio marítimas, meio fluviais, suporte fisiográfico do Recife portuário e comercial que caracterizaria fortemente o centro da cidade até os dias de hoje, expandindo-se até as Ilhas de Joana Bezerra e do Leite. Entre elas, está a Ilha do Zeca também classificada como UCN pela legislação municipal (PREFEITURA DO RECIFE, 2012), na subcategoria de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)³. Aqui, a estrutura e a diversidade biológica, o abrigo da fauna local e migratória, além de outras funções ecológicas confirmam a manutenção do ecossistema manguezal, conectado em outra escala, a outro grande manguezal também protegido por lei, o Parque dos Manguezais, este localizado na bacia do Tejipió. A Figura 7 localiza a *Unidade de Paisagem 3*.



Figura 7 – Unidade de Paisagem 3: estuário do Rio Capibaribe na sua chegada até o mar.
Fonte: CASTRO, 1948, s/p.

Por resguardar elementos naturais estuarinos e conciliar atividades de lazer da comunidade Caranguejo-Tabaiaras, a Ilha do Zeca é indutora de parte das diretrizes do projeto do Parque Capibaribe, empenhado em dotar a região de equipamentos de gestão e educação ambiental, tomando como argumento a forte presença do manguezal.

Estas águas mais próximas do mar também são aquelas que banham as terras de origem portuária, de assentamento do comércio e de moradia dos comerciantes, como os históricos bairros da Ilha do Recife, São José e Santo Antônio. É aí, no espaço deixado pelos holandeses e depois ocupado pelos portugueses, que prosperaram os novos burgueses conhecidos como mascates, elevando o povoado do Recife à categoria de Vila independente em 1710, contribuindo para consolidar a importância destas origens.

Nestas águas de origem ‘mascate’, a dimensão histórica de ocupação e uso do solo se revela nos elementos da arquitetura e do espaço público, estreitamente relacionados às frentes d’água, valorizadas por casario dos séculos XVIII e XIX e por edifícios mais

modernos já do século XX, também voltados para as águas, como os conjuntos edificados do Cais da Rua da Aurora, do Cais da Rua do Sol, do Cais da Alfândega, do Cais Dr. José Mariano, do Cais da Avenida Martins de Barros, do Cais do Apolo, do Cais de Santa Rita e do Cais José Estelita. Aí, em especial, situa-se o conjunto cívico da Praça da República, que reúne o Teatro de Santa Isabel, o Palácio da Justiça e o Palácio do Governo, tendo sido a praça e os jardins do Palácio do Governo, projetados por Burle Marx e hoje são protegidos por leis municipal e federal. A Figura 8 ilustra parte da *Unidade de Paisagem 3*, quando são mostrados a Praça da República, o Cais da Rua da Aurora, o Cais do Bairro do Recife, o Cais de Santa Rita visto dos arrecifes e o Cais da Avenida Martins de Barros.



Figura 8 – Praça da República e seus Palácios (1), Cais da Rua da Aurora (2), Cais da Ilha do Bairro do Recife (3), Cais de Santa Rita visto do molhe de arrecifes (4) e Cais da Avenida Martins de Barros. **Fontes:** Laboratório Quapá, FAUUSP, 2014 (1); Lúcia Veras, 2012 (2, 3, 4 e 5).

É evidente neste conjunto de imagens a manutenção da relação cidade-rio quando, debruçada sobre o Capibaribe sem pudor, a cidade é duplicada pelo espelho dessas águas. É esta relação imediata mantida com o Capibaribe, como elementos paisagísticos perduráveis, o que melhor caracteriza a *Unidade de Paisagem 3*.

Compreendendo a construção dessa Unidade de Paisagem, o Parque Capibaribe se inspira, também, nestes conjuntos edificados voltados para o rio com o propósito de incrementar o uso de frentes d'água para o passeio, para a circulação do pedestre, para a contemplação e o lazer. Este uso das margens promete valorizar os elementos históricos que consolidaram um palimpsesto de séculos de paisagem, com o propósito de conservar as visuais para as margens e, a partir destas margens, trazer mais vitalidade urbana e cultural para estas bordas molhadas da cidade. Compreender essa histórica ocupação como condição que define o gesto de projetar a paisagem, é reincorporar antigos usos e vivências cotidianas e conectar essas frentes d'água a outras áreas livres que se adentram pelo território, articulando, ampliando e encharcando de vida as margens das várzeas do Capibaribe.

4 E o Rio se faz Parque: das Unidades de Paisagem ao Projeto de Paisagem

Originário de um convênio estabelecido em 2013 entre a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente da Prefeitura do Recife e o InCiti - Pesquisa e Inovação para Cidades da Universidade Federal de Pernambuco, o projeto *Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras*, construído por uma equipe multidisciplinar, definiu como desafio recuperar a importância do Capibaribe para a cidade do Recife, concebendo um “[...] plano de resgate ambiental e de articulação urbanística [...]” (CAVALCANTI et al., 2015, p. 35) que possa desencadear uma melhoria na qualidade de vida do recifense.

A compreensão das Unidades de Paisagem que compõem o seu percurso, foi então tarefa que condicionou tanto a definição dos conceitos sobre os quais se estruturam as ideias, quanto a definição do gesto projetual expresso no traçado do projeto de paisagem. Compreender a estrutura de uma linha d’água que mescla, historicamente, natureza e cultura, desencadeou um processo de reflexão que demonstrou, para além do eixo e bordas do rio, que sua força se reverberava espalhada no território, exigindo uma ampliação da área de intervenção. Surge daí o entendimento de que, pelo sistema hídrico do Recife e conexão das águas das bacias de seus rios, seria possível se pensar uma cidade “ajardinada”, como uma “Cidade Parque”. Esta compreensão se incorpora à ideia de implantação do Parque Capibaribe, ficando esta expansão para o horizonte de 2037, ano em que o Recife completa 500 anos (DINIZ et al., 2016).

Cabe ressaltar, então, os *Conceitos* e *Gestos* resultantes da leitura e análises das *Unidades de Paisagem* apreendidas. Quatro *conceitos-chave*, entendidos também como “premissas”, são respostas a esse entendimento de paisagem que estrutura a concepção da proposta, definindo abordagens que se rebatem no Gesto como está se desenvolvendo o projeto de intervenção. São os conceitos-chave: *percorrer*, *atravessar*, *chegar* e *abraçar* (DINIZ et al., 2016). A estes quatro, um mais recente foi incorporado, o conceito “ativar”, que corresponde ao desenvolvimento de atividades cíclicas que possam desencadear o interesse da população pelo rio, com o uso de estratégias lúdicas, educativas e artísticas. Aqui também se insere a preocupação com a participação social no processo de discussão do projeto, envolvendo especialistas de universidades, agentes públicos e moradores em geral. É provável que sua inclusão mais tardia esteja relacionada aos necessários ajustes do início da implantação do projeto na Unidade de Paisagem 2, o chamado *Jardim do Baobá*, no bairro das Graças. Ressaltam-se, no entanto nesta análise, os quatro conceitos-chave inicialmente definidos, posto serem compreendidos como aqueles estruturadores do desenho de paisagem que está conduzindo o desenvolvimento do projeto. Esta inter-relação entre *Unidades de Paisagem*, *Conceitos* e *Gestos*, é explorada no Quadro 1 a seguir.

Variáveis das Unidades de Paisagem	Conceitos-chave	Gesto de projetar
A fisiografia do rio, com seu percurso sinuoso, é o eixo natural de conexão como fluxo entre o oeste e o leste – das colinas até o mar –, a partir do qual inúmeros bairros historicamente se estruturaram na planície.	 <p>Percorrer</p>	O gesto compreende o rio como fluxo de conexão linear, de oeste para leste, viabilizando percursos ecológicos que reconquistam as margens ao longo das duas bordas, priorizando o pedestre, com passeios lineares e espaço para bicicletas, que poderão ser desfrutados das colinas até o mar.
A identificação de distintas formas de apropriação das margens (esquerda dos mais abastados, direita dos menos abastados), revela históricas estruturas do tecido urbano que consolidaram determinados usos e ocupação do solo até hoje mantidos como elementos paisagísticos perduráveis.	 <p>Atravessar</p>	O gesto projetual define diferentes conexões entre margens, como por pontes, passarelas, barcos ou outras que possibilitem a travessia. Atravessar em pontos estratégicos, vai evitar também, grandes deslocamentos hoje necessários, além de conectar as bordas e permitir o uso dos equipamentos do parque para todos, indiscriminadamente.
O entendimento sistêmico das águas da planície (córregos que chegam aos rios, rios que correm para o mar), conduziu ao entendimento sistêmico da acessibilidade e do uso e da apropriação do solo, composta por ruas, becos e caminhos, que em tempos pretéritos, irrigavam a chegada ao Capibaribe.	 <p>Chegar</p>	O gesto de projetar refere-se à condição de chegada ao Parque: se não há acesso fácil que convide e o articule ao tecido urbano já existente, o parque corre o risco do isolamento e da não apropriação pela população. Os acessos, são desenhados como tentáculos de conexão à cidade preexistente, como ruas e caminhos ajardinados, recuperando antiga condição de acesso.
O reconhecimento de elementos paisagísticos perduráveis caracteriza, de formas distintas, as três unidades de paisagem. As visadas mantidas e os vazios que se abrem ao acolhimento, consolidam uma das principais características da Unidade de Paisagem 2: bordas do rio como lugar do encontro e de onde se pode desfrutar de fartas visadas para o horizonte da paisagem.	 <p>Abraçar</p>	O gesto projetual compreende a importância de se ativar espaços de permanência, que permitam a contemplação e o lazer nos espaços das bordas, como pontos de observação permitidos no passado. Possibilitar o descanso, a apreciação das vistas, o encontro e o diálogo, são atividades que estão sendo desenhadas do gesto que compreende o “abraçar”, também, como forma de permitir a apropriação e a preservação dessas bordas.

Quadro 1 – Síntese da relação entre variáveis das *Unidades de Paisagem*, os *Conceitos-chave* e o *Gesto Projetual* para o Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras.

Fonte dos desenhos dos esquemas gráficos dos conceitos-chave:

<http://parquecapibaribe.org/premissas/>

Da compreensão das variáveis das Unidades de Paisagem, Conceitos-chave foram criados e representados por esquemas gráficos elaborados pelo InCit, que ajudaram a definir, como metáforas, diferentes formas e estratégias de projeto. É o que ilustram as

fotomontagens da paisagem futura expressas na Figura 9 a seguir, expondo o gesto projetual resultante dos quatro conceitos trabalhados sob a forma de projeto de paisagem.



Figura 9 – Fotomontagem dos gestos projetuais a partir dos Conceitos-chave: *percorrer*, *atravessar*, *chegar* e *abraçar*, do Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras.

Fonte: <http://parquecapibaribe.org/premissas/>

Estes conceitos parecem ter brotado, nitidamente, da compreensão do pacto estabelecido entre as terras baixas da várzea do Capibaribe e sua histórica ocupação (superando em muitos momentos as dificuldades impostas pela própria natureza encharcada); entre as diferentes formas de percepção e apropriação das margens (que em muitos momentos têm o próprio rio como barreira que impede o contato entre bordas); da contradição entre a possibilidade de visibilidade e a impossibilidade de acessibilidade e do propósito de interagir, longitudinalmente e transversalmente, diferentes paisagens. O desafio maior, no entanto, é fazer deste projeto, também, um instrumento que possa desencadear a diminuição das desigualdades sociais, sendo a margem direita, aquela que concentra grande parte da população do Recife que vive em assentamentos precários, excluídos de bens, serviços e vida digna. A dimensão social implícita nesta preocupação emerge do entendimento da impossibilidade de não a considerar no planejamento e gestão de qualquer proposta de ordenamento territorial.

Para a elaboração desses conceitos, ressalta-se também o trabalho minucioso de levantamento da flora e fauna do rio Capibaribe, das suas fragilidades ambientais, bem como o mapeamento de suas visadas mais significativas (CAVALCANTI et al., 2015), inventariando-se valores paisagísticos considerados na estrutura e diversidade necessárias à sustentabilidade do projeto na sua relação com a cidade.

É possível afirmar que a quantidade e qualidade do material produzido para o Parque Capibaribe em muito se aproxima das exigências para a elaboração dos *Catálogos de Paisagem da Catalunha*⁴, pioneiros na criação deste instrumento de planejamento que insere a paisagem como definidora do ordenamento territorial e urbanístico em diferentes escalas do planejamento. Certamente, sob determinados aspectos, o Capibaribe aprofunde mais alguns estudos, posto ter como foco o desenvolvimento de propostas pontuais de intervenção que chegam aos projetos executivos de paisagem. São estes estudos que

adotam o operativo conceito de Unidades de Paisagem, os facilitadores do processo de reconhecimento das identidades dos lugares, porque “[...] cada unidad de paisaje será [sempre] única, singular, diferente de las demás y de las de otros rincones del país, atendiendo a criterios estructurales, funcionales e históricos diversos.” (FONT; MARTÍ, 2009, p. 415). Vale ressaltar que estes Catálogos fazem parte de um propósito do governo espanhol de implementar uma gestão eficiente que resgate valores ecológicos, sociais e culturais da paisagem. Isso implica dizer que já não mais interessam, apenas, os valores ecológicos da paisagem tradicionalmente associados à natureza – fisiografia, flora e fauna – e os valores estéticos compositivos, mas também aqueles que atestam a qualidade de vida dos cidadãos, os que revelam as suas memórias coletivas, o sentimento de pertencimento, ou seja, os seus valores e significados culturais compreendidos como patrimônio (COSCUÉLA, 2009). Reconhecer e resguardar as idiossincrasias que identificam determinadas paisagens como lugares apropriados, passou a ter como marco legal, desde 2000, a *Convenção Europeia da Paisagem* (CEP)⁵, que define como objetivo, “[...] promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio.” (CEP, 2000, Art. 3º). Hoje, este instrumento é tomado como referência internacional, como vem fazendo a Espanha e em especial a Catalunha, e outros países, até fora da Europa, estão construindo suas “Cartas da Paisagem” para a proteção, a gestão e o ordenamento de suas paisagens.

O projeto *Parque Capibaribe: Caminho das Capivaras* está em desenvolvimento e por sua amplitude – 15km por margem, totalizando 30 km de bordas integradas –, diferentes trechos apresentam projetos em distintas etapas de detalhamento. O início da implantação já começou no bairro das Graças, com o Jardim do Baobá, parte deste sistema estruturador.

A compreensão dessa diversidade e incorporação da ideia de criação de uma ‘cidade-parque’ foi antecedida pelo reconhecimento de que são as suas águas, estruturadas como um sistema articulado e distribuído sobre o território, que, essencialmente, conformam as paisagens do Recife. Sob a ideia de ‘cidade-parque’, pulsa a compreensão da ‘cidade-água’ que o Projeto do Parque Capibaribe se propõe a resgatar.

Compreender como patrimônio essas singularidades hídricas associadas aos processos econômicos, sociais e culturais que qualificam e definem a identidade da várzea do Capibaribe na cidade do Recife, é *sair da natureza para entrar na paisagem*, assim como nos fez compreender Simmel em seu ensaio filosófico de 1913. E se, na descida do Capibaribe, historicamente vão se revelando diferentes paisagens, como afirmou Josué de Castro em meados do século XX, podemos parafraseá-lo ao afirmar, que nesta mesma descida, das colinas até o mar, costurando o caminho de futuras memórias, um Projeto de

Paisagem em forma de Parque, redesenha novas paisagens para o Capibaribe do século XXI.

Recebido em: 19/04/2018

Aprovado em: 09/05/2018

NOTAS

1 A imagem original extraída do livro de Josué de Castro *Fatores de localização da cidade do Recife* (1948, s/p), não tem cor. Castro se refere a baía entulhada do Recife, segundo um desenho esquemático de J. C. Branner, provavelmente já interpretado de outro desenho do mesmo autor reproduzido anteriormente por Valdemar de Oliveira no livro *Geologia da planície do Recife* (1942). Neste momento as cores foram introduzidas para ressaltar a planície em contraposição às colinas a oeste e morro de Olinda ao norte, e destacar entre os rios da planície, o Capibaribe.

2 O Sistema Municipal de Unidades Protegidas, SMUP do Recife, foi instituído em maio de 2014, como Lei Municipal no 18.014/14 e se compõe de quatro categorias: Jardins Botânicos, Unidades de Conservação da Natureza, Unidades de Conservação da Paisagem e Unidades de Equilíbrio Ambiental (VERAS, 2017, p.127).

3 O enquadramento desta UCN como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) obedece ao que rege o art. 16 da Lei Federal nº 9.985/2000, em conformidade, também, com os art. 124, 125 e 228 da Lei Municipal nº 17511/2008 (PREFEITURA DO RECIFE, 2012).

4 Os *Catálogos de Paisagem da Catalunha* foram instituídos pela *Ley 8/2005, de protección, gestión y ordenación del paisaje* (DOGC 4407), como “[...] nuevos instrumentos para la introducción de objetivos paisajísticos en el planeamiento territorial en Cataluña [...]” (FONT; MARTÍ, 2009, p. 398). Adotando os princípios estabelecidos pela Convenção Europeia da Paisagem, são documentos técnicos que orientam políticas de paisagem definidas pela convivências e participação de todos os agentes sociais que atuam no território, como especialistas, poder público e população.

5 A Convenção Europeia da Paisagem (CEP) é um tratado internacional construído pelo Conselho da Europa e foi assinado por seus estados-membro em Florença, em outubro de 2000. Homologado em 2004, é hoje um instrumento jurídico que complementa outros que lhe antecederam e alimentaram a sua construção, tendo a Paisagem como protagonista (NARANJO, 2009).

REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CANCELA D'ABREU, Alexandre; BOTELHO, Maria João; OLIVEIRA, Maria do Rosário; AFONSO, Marta. *A paisagem na revisão dos PDM: orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011.

CASTRO, Josué de. *Fatores de localização da cidade do Recife*. Brasil: Imprensa Nacional, 1948.

CASTRO, Josué de. Visões do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Massangana: Prefeitura da Cidade do Recife, 1992. p. 253-261.

CAVALCANTI, Rafaela dos Santos; MELO, Leonardo César de Oliveira; MONTEIRO, Circe Maria Gama. Como resgatar a relação da cidade com os ambientes naturais: projeto Parque Capibaribe, Recife – PE. In: *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*. v. 03, n. 08, p. 33-48, 2015.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Decreto n. 4/2005. Florença, 20 out. 2000.

CORAJOURD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem*. Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 215-225.

COSCUELA, Alex Tarroja. La dimensión social del paisaje. In: BUSQUET, Jaume; CORTINA, Albert. (Coord.). *Gestión del paisaje*. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2009. p. 239-251.

DE LA MORA, Luís. Os movimentos sociais na formação e transformação do espaço urbano recifense. In: REZENDE, Antonio Paulo. *Recife: que história é essa?* Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 255-265.

DINIZ, Fabiano.; ROCHA, Danielle; FERRAZ, Werther; ALENCAR, Anna Karina. Na fonte das cidades, as águas e as pessoas: a experiência do projeto Parque Capibaribe no bairro das Graças (Recife, Brasil). In: *5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana*, 2016, Guimarães – Portugal. Os Espaços da Morfologia Urbana. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2016. p. 727-736.

FONT, Joan Nogué; MARTÍ, Pere Sala. Los catálogos de paisaje. In: BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert. (Coord.). *Gestión del paisaje*. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2009. p. 397-426.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Capunga: crônica de um bairro recifense. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Massangana: Prefeitura da Cidade do Recife, 1992. p. 263-281.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NARANJO, Florencio Zoido. El Convenio Europeo del Paisaje. In: BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert. (Coord.). *Gestión del paisaje*. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2009. p. 299-315.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Geologia da planície do Recife: contribuição ao seu estudo*. Recife: Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio, 1942.

PREFEITURA DO RECIFE. *Unidade Protegida da Ilha do Zeca*. Decreto n. 26.723/2012.

ROCHA, Tadeu. Geografia poética do Recife. In: SOUTO MAIOR, Mário.; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife: Massangana: Prefeitura da Cidade do Recife, 1992. p. 289-298.

ROGER, Alain. *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem, uma categoria em transição. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo. (Coord.). *Filosofia e arquitetura da paisagem*. Um manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. p. 317-332.

SIMMEL, Georg. *A filosofia da paisagem*. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009 [1913]. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf. Acesso em: 5 mai. 2011.

VERAS, Lúcia Maria de S. C.; BEZERRA, Onilda; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques da. Proteção legal das praças de Burle Marx no Recife. In: *Anais [do] XIII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura*. Salvador: FAUUFBA, 2016. p. 408-417.

VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. *De Apé-puc a Apipucos: numa encruzilhada, a construção e permanência de um lugar urbano*. Recife: Bagaço, 1999.

_____. *Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.